

PROFESSORES TEMPORÁRIOS EM VITÓRIA DO XINGU, PARÁ

PROFESORES TEMPORALES EN VITÓRIA DO XINGU, PARÁ

TEMPORARY TEACHERS IN VITÓRIA DO XINGU, PARÁ

Herilene Chaves de Sousa¹



Ariel Feldman²



Resumo

Este estudo investiga a presença de professores temporários na rede municipal de Vitória do Xingu/Pará, entre 2011 e 2020. Utilizando uma abordagem quantitativa e descritiva, com uma perspectiva crítica-dialética, foram analisados dados de plataformas abertas, como o Censo Escolar do INEP, o Laboratório de Dados Educacionais da UFPR, o Censo Brasileiro (IBGE) e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do FNDE. Os dados dos professores temporários foram tratados com aplicação de parâmetros estatísticos como a média, a mediana e o desvio padrão. Os resultados evidenciam que os professores temporários se mantiveram majoritários nas redes de Vitória do Xingu, somado à realização insuficiente de concursos públicos, ao crescimento de matrículas na rede e alinhada com os aumentos e quedas do financiamento da educação. Portanto, a contratação dos professores temporários no município não pode ser explicada isoladamente, mas sim por um conjunto de fatores estruturais e administrativos.

Palavras-chave: Professores temporários. Pará. Precarização do trabalhador.

Resumen

Este trabajo investiga la presencia de profesores temporales en la red municipal de Vitória do Xingu/Pará, entre 2011 y 2020. Utilizando un enfoque cuantitativo y descriptivo, con una perspectiva crítica-dialéctica, se analizaron datos de plataformas abiertas, como el Censo Escolar del INEP, el Laboratorio de Datos Educativos de la UFPR, el Censo Brasileño (IBGE) y el Informe Resumido de Ejecución Presupuestaria del FNDE. Los datos de los profesores temporales se trataron aplicando parámetros estadísticos como la media, la mediana y la desviación estándar. Los resultados evidencian que los profesores temporales siguieron siendo mayoría en las redes de Vitória do Xingu, lo que se sumó a la insuficiente realización de concursos públicos, al crecimiento de las matriculaciones en la red y a los aumentos y

¹ Mestra em Educação e Cultura pela Universidade Federal do Pará. Campus Universitário do Tocantins. Cametá. Pará. Brasil. E-mail: sousaherilene@gmail.com. Essa pesquisa conta com o apoio da Fundação Amazônia de Amparo à Estudo e Pesquisa (FAPESPA).

² Doutor em História na Universidade de São Paulo. Docente na Universidade Federal do Pará. Campus Universitário do Tocantins. Cametá. Pará. Brasil. E-mail: aridu18@yahoo.com.br.

Como referenciar este artigo:

SOUSA, Herilene Chaves de; FELDMAN, Ariel. Professores temporários em Vitória do Xingu, Pará. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 27, e8389, 2025. DOI: <http://doi.org/10.22196/rp.v22i0.8389>

descensos en la financiación de la educación. Por lo tanto, la contratación de profesores temporales en el municipio no puede explicarse de forma aislada, sino por un conjunto de factores estructurales y administrativos.

Palabras clave: Profesores interinos. Pará. Precarización de trabajadores.

Abstract

This study investigates the presence of temporary teachers in the municipal school system of Vitória do Xingu, Pará, between 2011 and 2020. Using a quantitative and descriptive approach, with a critical-dialectical perspective, data from open platforms such as the INEP School Census, the UFPR Educational Data Laboratory, the Brazilian Census (IBGE), and the FNDE Summary Budget Execution Report were analyzed. The data on temporary teachers were treated using statistical parameters such as the mean, median, and standard deviation. The results show that temporary teachers remained in the majority in the Vitória do Xingu school system, coupled with insufficient public competitive examinations, growth in enrollment in the system, and in line with the increases and decreases in education funding. Therefore, the hiring of temporary teachers in the municipality cannot be explained in isolation, but rather by a set of structural and administrative factors.

Keywords: Temporary teachers. Pará. Precarization of workers.

Introdução

A contratação dos professores temporários tem despertado o interesse de pesquisadores sobre as políticas neoliberais e suas implicações para a educação, sendo abordada em termos de condições de trabalho, recrutamento via Processos Seletivos Simplificados (PSS), rotatividade e impactos no desempenho estudantil (Bernardes, 2019; Nogueira, 2021; Sá, 2019; Viana, 2022).

Esta pesquisa insere-se em um contexto mais amplo de análise da presença desses profissionais nas 144 redes municipais de ensino do Pará. Consideramos que as condições de trabalho docente são fundamentais para a garantia de direitos, o acesso à educação e a qualidade da oferta educacional. A esse respeito, Berry, Smylie e Fuller (2008) destacam que não basta recrutar e capacitar professores de forma adequada se não houver condições de trabalho que favoreçam a melhoria do ensino.

Na educação brasileira, a “qualidade” do ensino é um conceito multifacetado, envolvendo aspectos tanto quantificáveis quanto subjetivos (Gouveia *et al.*, 2006). Além de impactarem o ensino e a aprendizagem, as condições de trabalho influenciam a percepção e a motivação dos professores. Nesse sentido, Johnson,

Berg e Donaldson (2005, p. 37) argumentam que “os efeitos dos salários sobre a satisfação e a retenção dos professores não são independentes das condições de trabalho”.

As políticas educacionais são dinâmicas e conflituosas, permeadas por interesses diversos ao longo do tempo (Dourado, 2007; Groschoska, 2015). Nesse contexto, o capitalismo contemporâneo precariza o trabalho docente (Mészáros, 2011), de modo que as condições de trabalho dos professores temporários refletem tanto as exigências do sistema educacional quanto as pressões econômicas, afetando diretamente o ensino e o desenvolvimento dos estudantes.

O crescimento das contratações temporárias nos municípios paraenses evidencia o clientelismo como base dessas práticas. Em Portel (Feldman; Alves, 2020), Cametá (Feldman; Costa, 2021) e Mocajuba (Feldman; Martins, 2023), a distribuição de cargos temporários reflete interesses políticos e disputas de poder, especialmente em escolas da zona rural.

Nesse contexto, o *lócus* desta pesquisa corresponde ao município de Vitória do Xingu, situado no estado do Pará, criado em 1991, com uma área de 3.089 km², população de 15.607 habitantes, integrando a Região Imediata de Altamira (IBGE, 2022).

Diante do aumento expressivo das contratações temporárias nas redes municipais de ensino, a questão que orienta este estudo visa entender quais foram as dinâmicas que caracterizaram a contratação de professores temporários no município de Vitória do Xingu entre 2011 e 2020? Para responder a esse questionamento, definimos como objetivo geral: analisar a contratação de professores temporários no município de Vitória do Xingu, Pará, entre 2011 e 2020. Especificamente: a) Identificar os critérios utilizados para a contratação de professores temporários em Vitória do Xingu; b) Verificar a relação entre a ampliação dos contratos temporários e a política educacional no município.

A metodologia adotada apresenta abordagem quantitativa, de natureza exploratória e características descritivas. A pesquisa quantitativa caracteriza-se pela mensuração dos dados, tanto no tratamento das informações quanto na aplicação das análises estatísticas, segundo Richardson *et al.* (1999). Quanto à finalidade, a

pesquisa é descritiva, pois visa identificar correlações entre as variáveis, interpretando-as e classificando-as (Rudio, 1985). Ressalta-se que a análise dos dados foi orientada pela perspectiva crítico-dialética, que busca compreender a totalidade dos fenômenos estudados, considerando as condições objetivas que geram as contradições sociais e econômicas presentes no campo educacional (Behring; Boschetti, 2009).

Os documentos utilizados foram selecionados com base na oficialidade e confiabilidade das fontes, na pertinência ao objeto de estudo (contratação docente, financiamento e contexto populacional) e na possibilidade de análise em série histórica, devido à periodicidade anual e à padronização metodológica.

O recorte temporal (2011–2020) foi definido em função da inclusão da categoria “professores temporários” no Censo Escolar a partir de 2011, permitindo a análise em série histórica. Esse marco temporal também se alinha ao financiamento educacional, entre a estabilização da complementação da União ao FUNDEB provisório em 2010 (10%) e seu término em 2020, anterior à instituição do FUNDEB permanente em 2021.

Nesse contexto, os dados sobre os professores temporários foram extraídos do Censo Escolar do INEP e trabalhados pelo Laboratório de Dados Educacionais da Universidade Federal do Paraná (LDE/UFPR). A coleta consistiu na seleção (Unidade Federativa, município), período (em série histórica) e refinamento da consulta pelo vínculo (temporários). Esses dados foram importados e organizados no Microsoft Excel.

As informações sobre financiamento da educação foram extraídas dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), disponíveis no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Assim, todos os valores do financiamento da educação foram corrigidos com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC, disponível no Banco Central do Brasil³. As informações demográficas foram coletadas do IBGE, por sua vez, os dados referentes às

³ BRASIL. Banco Central do Brasil. **Calculadora do Cidadão**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 25 fev. 2025.

matrículas e ao número de escolas por dependência administrativa foram coletados no Censo Escolar do INEP.

O tratamento dos dados incluiu a aplicação dos parâmetros estatísticos descritivos, como média, mediana e desvio-padrão (Bussab; Morettin, 2010). As informações sobre as redes municipais foram estruturadas com base na proporção de professores temporários em relação ao número total de professores.

A estrutura do artigo organiza-se da seguinte forma: após esta introdução, apresentam-se os aspectos legislativos que regulam a contratação de professores temporários; em seguida, discute-se o contexto do trabalho docente no século XXI; posteriormente, analisa-se o panorama de contratação dos professores temporários no município de Vitória do Xingu, no período entre 2011 e 2020; por fim, expõem-se as considerações finais.

1 Aspectos legislativos dos Professores temporários

A Constituição Federal de 1988, no artigo 37, inciso II, da CF/88 estabelece que a investidura em cargo público depende de concurso, exceto para cargos comissionados, enquanto o inciso IX permite contratações temporárias em casos de necessidade excepcional de interesse público (Brasil, 1988). O artigo 206, inciso V, da CF/88 garante planos de carreira com ingresso exclusivo por concurso público (Brasil, 1988), assegurando a estabilidade do corpo docente. No entanto, a ampliação das contratações temporárias nas redes municipais evidencia um descompasso entre a legislação e a prática.

A Lei n.º 8.745/1993, alterada pela Lei n.º 12.425/2011, permite a contratação de professores substitutos e visitantes em situações excepcionais, como vacância, afastamento ou ocupação de cargos de direção, estabelecendo que os temporários não ultrapassem 20% do total de docentes efetivos (Brasil, 1993; 2011).

O Plano Nacional da Educação (PNE), na meta 18, reafirma os princípios da CF/88 (art. 206), garantindo planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior. Na estratégia 18.1, determina-se que pelo menos 90% dos

professores da educação básica sejam efetivos, uma intenção clara de restringir cargos temporários (Brasil, 2014).

No Pará, o Plano Estadual de Educação incorpora a estratégia 18.1 do PNE (Pará, 2014). Já o Projeto de Lei n.º 5.717/2019 reforça a obrigatoriedade de ingresso via concurso, mesmo em casos de contratações temporárias (Brasil, 2019). Em contrapartida, a PEC 32/2020 propõe flexibilizar esse modelo, ampliando o uso de contratos temporários e estabelecendo vínculos por tempo determinado ou indeterminado, com medidas de avaliação de desempenho (Brasil, 2020).

1.1 A precarização do trabalho no século XXI

Descrever os aspectos relacionados à precarização do trabalho docente no século XXI é desafiador, uma vez que as relações de trabalho já não são mais as mesmas. Para Antunes (2009, p. 233), "[...] o capital, em escala global, veio redesenhando novas e velhas modalidades de trabalho – o trabalho precário – com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa".

Nesse contexto, adotamos o conceito de precarização a partir de autores marxistas. Vale destacar que há distinção entre precarização e precariedade. Para Giovani Alves (2007), a precariedade é uma condição inerente ao trabalho assalariado, enquanto a precarização concebe o agravamento dessa condição. Assim:

[...] o problema da precarização do homem-que-trabalha é o problema do estranhamento no capitalismo global, isto é, o problema do completo esvaziamento dos indivíduos universalmente desenvolvidos cujas relações sociais, enquanto relações que lhe são próprias e comuns, se contrapõem a eles como potências independentes (o fetichismo social) (Alves, 2007, p. 11).

A precarização não se limita à dimensão econômica (mercadoria), assumindo também dimensões sociais e psicológicas, contribuindo para a alienação e a perda de controle sobre a própria vida, reflexo claro do neoliberalismo. O trabalhador no bojo do capitalismo aliena a sua “atividade vital” ao vendê-la como mercadoria.

Assim, a precarização torna-se um mecanismo que perpetua a alienação, levando o trabalhador à insatisfação. Marx (2010, p. 49) observa que “o capital só pode se multiplicar sendo trocado por força de trabalho, criando o trabalho assalariado”. Essa relação interdependente entre capital e trabalho reforça um ciclo, no qual o sistema se adapta e se expande, adquirindo novas formas ao longo do tempo.

A globalização capitalista está longe de remediar tais deficiências, ao contrário, aprofunda a alienação e consolida um sistema que perpetua a insatisfação e a dependência do trabalho assalariado. No bojo dessas transformações contemporâneas, emergem expressões como *Gig Economy* ou economia dos bicos, caracterizada pelo “aumento de contratos de curto prazo, mediado por aplicativos”, que garantem mais flexibilidade aos trabalhadores, empresários e clientes, descartando a dinâmica de contratação tradicional (Woodcock; Graham, 2020, p. 11).

Em síntese, a economia dos bicos retoma e adapta conceitos já discutidos por Marx, sendo o ganho por produção, uma forma que modernamente tem como base a demanda imediata. Assim, as plataformas digitais atuam como mediadoras entre trabalhadores, empresários e clientes, moldando o mercado de trabalho pelo discurso de salário extra e maior autonomia, contribuindo para a desvalorização do trabalhador, a retirada de direitos e ofertando o mínimo para sobreviver, refletindo a precarização do trabalho moderno.

Dito isto, Tom Slee, economista britânico-canadense, descreve a intensificação da economia do compartilhamento no Brasil por meio da Uber. A empresa classifica seus empregados como autônomos, “evitando pagar direitos trabalhistas, custos de manutenção, tempo ocioso, deslocamento e qualquer obrigação de segurança social” (Slee, 2017, p. 294).

Além dessas reflexões, este artigo ressalta a inserção da “uberização” nas escolas públicas brasileiras, materializada na contratação de professores. O conceito de *Uber-docente* refere-se aos profissionais que atuam presencialmente ou à distância, sem vínculo empregatício, cadastrando-se em bancos de mão de obra acionados conforme a necessidade (Silva; Silva Júnior, 2021, p. 3).

Pereira (2020) identificou aproximadamente 775 EdTechs no país. São iniciativas que apresentam semelhanças com a uberização. Entre essas *Edtechs*, destacam-se a *Prof-e Colmeia*, *EcolAR*, *ClassApp*, *Kanttum*, *MasterTech* e *Escribo Innovation for Learning*. Vale ressaltar que tais plataformas não somente potencializam a flexibilização, bem como contribuem para a desregulamentação das práticas laborais docentes.

Outra forma de precarização do trabalho docente é a terceirização, prevista na CLT como contratação que foge da relação empregatícia direta (arts. 2 e 3) (Brasil, 2017). O projeto de lei n.º 4.302-D/1998, que altera a lei n.º 6.019/1974, regula as relações de trabalho em empresas prestadoras de serviços a terceiros (Brasil, 1998).

O exercício da docência (delimitado no art. 318) permite lecionar em um mesmo estabelecimento por mais de um turno, caso respeitada a jornada de trabalho estabelecida legalmente, assegurado e não computado o intervalo para refeição (Brasil, 2017, p. 53). No artigo 319, estabelece: "[...] aos professores é vedado, aos domingos, a regência de aulas e o trabalho em exames" (Brasil, 2017, p. 53).

As mudanças na legislação evidenciam que o professor se constitui como o elo mais frágil do sistema. A dicotomia produzida pela terceirização não se limita às condições de trabalho, mas repercute em dimensões sociais, contribuindo para a fragmentação da classe trabalhadora.

Recorrendo a Castel (1998, p. 420), a precarização das relações entre a contratação temporária e o salário, pode ser comprovada a partir do modelo de organização do trabalho contemporâneo que ainda mantém uma distinção entre aqueles que “trabalham efetiva e regularmente”, os “inativos” e os “semi-ativos”, que devem ser ou excluídos do mercado de trabalho, ou integrados de maneira regulamentada.

Ainda conforme Castel (1988, p. 495–496), a chamada “questão social” emerge do enfraquecimento das condições salariais, sendo a exclusão um dos seus efeitos mais evidentes. Historicamente, os trabalhadores assalariados durante muito tempo ocuparam as margens da sociedade.

Robert Castel (1998, p. 416) descreve que a condição proletária, a condição operária e a condição salarial representam três formas de cristalização das relações entre o mundo do trabalho e a sociedade global. Nesse sentido, essas três classes “acampam na sociedade sem se encaixar”, trata-se de um mundo dividido pela oposição entre capital e trabalho, mais do que pela simples hierarquia social.

Embora essas classes ocupem a base da pirâmide social, participam da sociedade de forma subordinada, caracterizada pelo “o consumo (mas de massa), a instrução (mas primária), o lazer (mas popular), a habitação (mas habitação popular)”. Nesse cenário, “o trabalhador executa tarefas mantidas distantes do poder e das honras” (Castel, 1998, p. 416–417).

No século XX, a estabilidade associada ao contrato de trabalho por tempo indeterminado, como aponta Castel (1988), dependia amplamente da conjuntura econômica. Com mudanças nessa conjuntura, a segurança antes vinculada ao contrato desaparece, revelando que o caráter “indeterminado” do contrato se mostra, na prática, uma solução empírica e não uma garantia legal sólida. Em suma, “um contrato por tempo indeterminado é um contrato que dura... enquanto não for interrompido — a menos que existam estatutos ou garantias legais, continuam limitadas” (Castel, 1988, p. 503).

A evolução da sociedade e a crescente segmentação das funções do trabalho, resultaram em um processo de desintegração social ou, como Castel denomina, de desfiliação social. Nesse contexto, emergiram os desempregados em massa e os trabalhadores precarizados, como os “supranumerários, inempregáveis, inempregados ou empregados de modo precário, intermitentes” que ocupam posições intermitentes desprovidas de proteção social que garanta a manutenção do emprego assalariado (Castel, 1998, p. 21).

A concepção de “proteção social” desenvolvida por Castel (1988, p. 510–511) é abrangente e multifacetada. Primeiramente, Beveridge defende que a proteção social deve garantir renda suficiente para os indivíduos poderem arcar com seus encargos. Complementarmente, Pierre Laro acrescenta que a “seguridade social deverá assegurar, em condições satisfatórias, a subsistência dos indivíduos e das pessoas sob sua responsabilidade”.

Contudo, Castel argumenta haver uma contradição inerente ao conceito de proteção social, especialmente quando a população ativa se torna minoria. Nesse cenário, nem Beveridge e nem Pierre abordam especificamente a questão da cobertura do desemprego, deixando uma lacuna importante na garantia das condições para os que estão no mercado de trabalho, mas desprotegidos.

2 Panorama dos professores temporários em Vitória do Xingu

O contexto histórico de Vitória do Xingu revela que, nos anos 1970, o local era somente uma vila que servia como ponto de parada para embarcações vindas de diferentes regiões da Amazônia, incluindo Belém, com destino a Altamira, que, na época, era o principal polo regional (Matos, 2022). A elevação de Vitória do Xingu à categoria de município ocorreu em 13 de dezembro de 1991, abrangendo uma área relativamente pequena de 3.089 km².

Ao longo das últimas décadas, Vitória do Xingu passou por um crescimento populacional significativo. Em 2010, a população do município era de 13.431 habitantes, aumentando para 15.607 em 2022 (IBGE, 2010; 2022). O município integra a Região Imediata de Altamira (RIA) e, no campo educacional, a rede municipal de ensino se consolidou como a principal responsável pelo atendimento escolar, como evidenciam as Tabelas 1 e 2.

Tabela 1- Número de escolas entre 2011 e 2020 por dependência administrativa

Dependência Administrativa	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Estadual	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Municipal	26	31	29	27	22	22	23	23	24	24
Total	27	32	30	28	23	23	24	24	25	25

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do INEP a partir do Laboratório de Dados Educacionais LDE/UFPR (2011-2020).

A Tabela 1 mostra que o número de escolas estaduais permaneceu constante, com somente uma unidade, enquanto a rede municipal concentrou praticamente toda a oferta no município, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2- Número de matrícula por dependência administrativa (2011-2020)

Ano	Rede Estadual	Rede Municipal	Total
2011	443	2.479	2.922

2012	478	3.194	3.672
2013	545	3.644	4.189
2014	593	3.975	4.568
2015	625	4.384	629.384
2016	510	4.678	5.188
2017	626	4.747	5.373
2018	675	4.801	5.476
2019	682	4.741	5.423
2020	676	4.521	5.197

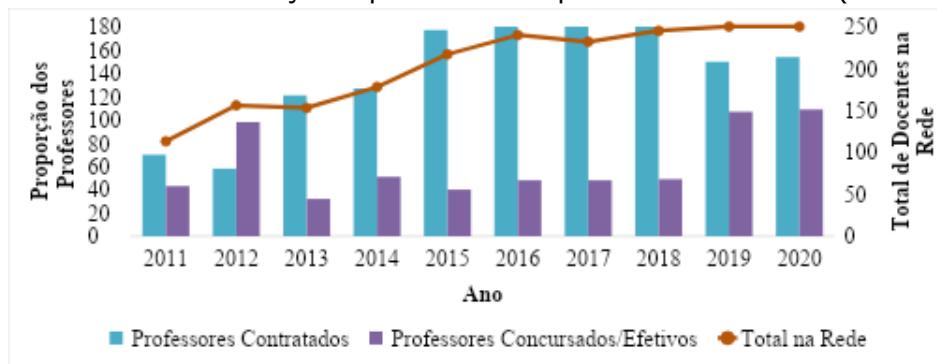
Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do INEP a partir do Laboratório de Dados Educacionais LDE/UFPR (2011-2020).

Entre 2011 e 2020, o número de escolas permaneceu estável, mas as matrículas aumentaram, passando de 2.922 para 5.476 alunos. Na rede municipal, o aumento foi de 2.479 para 4.801, a rede estadual teve crescimento menor, de 443 para 682. A rede municipal absorveu, portanto, a maioria das matrículas. O crescimento das matrículas está ligado à instalação e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que gerou aumento tanto na população local quanto na inclusão escolar.

Soma-se a esse quadro, a pressão sobre a oferta de bens e serviços na cidade, com impacto direto nos preços ao consumidor, especialmente no que se refere aos alimentos e aos serviços básicos educação, saúde, transporte (Miranda Neto, 2014, p. 162).

No contexto educacional, essa pressão se traduziu no aumento da demanda por vagas na rede municipal, que precisou absorver a maioria dos novos alunos. O impacto dessa demanda pode ser observado no Gráfico 1, que detalha a proporção de professores temporários, concursados e totais na década.

Gráfico 1- Presença dos professores temporários e concursados (2011-2020)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do INEP a partir do Laboratório de Dados Educacionais LDE/UFPR (2011-2020).

Na rede municipal, a proporção de temporários exibiu grande variação. Reduziu entre 2011 e 2012, seguido por aumentos consecutivos até 2018. Nos anos finais do período analisado, houve uma redução em 2019, com leve aumento em 2020. Em termos percentuais, constatamos na Tabela 3 uma alta variação dos professores temporários nas redes de Vitória do Xingu-PA.

Tabela 3- Proporção da presença dos professores temporários e concursados (2011-2020)

Ano	Percentual de Temporários	Percentual dos Concursados/efetivos
2011	62%	38.05%
2012	37%	62.82%
2013	79%	20.92%
2014	71%	28.65%
2015	82%	18.43%
2016	80%	20.00%
2017	79%	20.69%
2018	80%	20.00%
2019	58%	41.63%
2020	59%	41.44%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do INEP a partir do Laboratório de Dados Educacionais LDE/UFPR (2011-2020).

Na Tabela 3, a presença de professores temporários foi alta nos anos de 2013, 2015, 2016 e 2018 (79–82%), caindo para 58–59% entre 2019 e 2020. A redução reflete a realização do concurso n.º 001/2018 (Instituto Vicente Nelson, 2018) e o aumento populacional, de 13.431 habitantes em 2010 para 15.607 em 2022, que ampliou a demanda por docentes. A Tabela 4 detalha estatisticamente esses percentuais nas redes municipais de Vitória do Xingu.

Tabela 4 - Percentual estatístico dos professores temporários (2011-2020)

Número Amostral	n=10
Média	69%
Erro padrão	5%
Mediana	75%
Desvio Padrão	15%
Amplitude Total	44%
Mínimo	37%
Máximo	82%

Fonte: Elaborado pelos Autores (2025).

Os professores temporários se mantiveram majoritários nas redes de Vitória do Xingu, com uma tendência de média superior a 69%. Reforçando essa ideia, a mediana de 75% mostra que, pelo menos em metade dos anos, o percentual de temporários foi igual a 75% ou superior a este valor. O desvio padrão mostra uma oscilação de 15%. O erro padrão comprova que a média tem uma margem de erro de 5%, exibindo a confiabilidade da estimativa geral.

Por fim, a amplitude, ou seja, a diferença entre o mínimo e o máximo na década, foi de 44%, provando variações desiguais ao longo da década. Essas oscilações podem estar relacionadas com a realização insuficiente de concursos públicos e atreladas ao crescimento de matrículas na rede, acompanhado pelo acréscimo das contratações temporárias em 2015.

A alta proporção de contratações temporárias está relacionada à realização insuficiente de concursos públicos, uma vez que o município realizou somente um certame no período analisado (Concurso Público n.º 001/2018), cujo prazo de validade foi posteriormente suspenso pelo Decreto Municipal n.º 4.240/2020, devido à pandemia (Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu, 2020).

Ressalta-se que a construção da UHE Belo Monte transformou o contexto educacional, aumentando a demanda por ensino municipal sem que houvesse uma expansão proporcional da estrutura escolar e do efetivo de docentes.

O financiamento da educação enfrenta desafios no equilíbrio entre arrecadação, redistribuição e aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)⁴. A Tabela 5 detalha as receitas do financiamento, unidade monetária (R\$), e os valores monetários constam na casa dos milhares/milhões.

Tabela 5- Receitas para o Financiamento da Educação corrigidos pelo INPC (2011-2020)

Ano	Resultado Líquido - R\$ (R.L)	%R.L	Complementação da União- R\$ (C.U)	%C.U	Imposto Próprios - R\$ (I.P) ⁵	%I.P	Receita de Transferências FNDE- R\$	%R.T.F

⁴ Todos os valores sobre financiamento da educação foram extraídos do Relatório Resumido de Execução Orçamentárias (RREO) (FNDE, 2011-2020).

							(R.T.F)
2011	2.411.386,65	6.31%	2.687.727,21	9.02%	42.222.869,02	16%	448.649,78
2012	1.547.166,97	4.05%	2.610.432,33	8.27%	42.222.869,02	16%	8.54%
2013	3.516.888,31	9.21%	2.759.203,81	8.27%	47.263.016,07	18%	731.453,42
2014	5.459.452,08	14.29%	3.503.134,71	9.88%	56.654.876,48	21%	13.46%
2015	—	—	—	—	—	—	16.69%
2016	—	—	—	—	—	—	—
2017	14.248.904,69	37.30%	7.385.054,25	17.15%	23.683.860,71	9%	12.81%
2018	5.503.376,96	14.41%	7.041.851,27	15.79%	17.516.149,78	7%	967.796,96
2019	2.195.970,54	5.75%	8.140.141,77	17.65%	22.847.536,22	9%	13.31%
2020	-3.317.844,19	8.69%	6.778.582,41	13.98%	12.620.481,64	5%	14.45%
Totais	38.200.990,39	100%	62.397.514,13	100%	265.031.659,49	100%	10.171.540,86
							100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pelo FNDE (2011-2020).

Notas:

- (1) A prestação de contas do RREO em 2016 ficou zerada.
- (2) O relatório de 2015 está danificado no sistema, portanto, não abre.
- (3) Na categoria Imposto Próprio, não foi realizado a dedução do Imposto Territorial Rural (ITR) pois estava zerado no RREO, sendo contabilizado somente os demais impostos que constam na cesta.

A Tabela 5 apresenta a evolução dos principais recursos financeiros da educação municipal entre 2011 e 2020, para viabilizar a comparação em valores reais, os montantes foram corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) disponível no Banco Central do Brasil. Foram analisadas quatro fontes de receita: (i) Resultado Líquido do FUNDEB; (ii) Complementação da União ao FUNDEB; (iii) Impostos Próprios e (iv) as Receitas de Transferências do FNDE.

O Resultado Líquido oscilou na década: 2011 apresentou o melhor desempenho, enquanto 2012 teve o mais baixo. Entre 2013 e 2014, houve crescimento e em 2014 atingiu R\$ 5,4 milhões (14,29%). Em 2016, não há informações financeiras, e 2017 registrou superávit de R\$ 14,2 milhões (37,30%). A partir de 2018, houve queda, com R\$ 2,1 milhões a menos em 2019, e 2020 registrou déficit de R\$ -3,3 milhões, indicando que o município contribuiu mais ao fundo do que recebeu de volta.

A Complementação da União oscilou ao longo dos anos, apresentando queda entre 2011 e 2012, mas a partir de 2017, os valores aumentaram. Em 2017, observamos o valor absoluto (R\$ 7,3 milhões) e o percentual representou 17,15% da

⁵ O cálculo dos Impostos Próprios considerou a dedução de 25% dos impostos que não integram a cesta do FUNDEB (Receita de Impostos) e a retirada de 5% dos impostos pertencentes às cestas do FUNDEB (Receita de Transferências Constitucionais e Legais). Posteriormente, os valores foram somados e corrigidos de acordo com a tabela do INPC, utilizando como método de entrada dezembro/ano correspondente e ano final janeiro/2025.

receita total. Em 2019, a Complementação da União foi de R\$ 8,1 milhões, correspondendo a 17,65%. No entanto, em 2020 houve uma redução, mas ainda representou uma parte importante da receita (13,98%).

Em relação à categoria Impostos Próprios, observa-se que essa foi a principal fonte de receita nos primeiros anos, apresentando a maioria das receitas de 2011 a 2014 (chegando a 21% em 2014). No período entre 2017 e 2018, houve uma queda nos valores, sendo mais baixos e, consequentemente, percentuais também mais baixos (9% em 2017 e 7% em 2018). A partir de 2019, houve uma leve recuperação, mas em 2020, a contribuição dos impostos próprios foi a menor (5%).

As Receitas de Transferências do FNDE cresceram consistentemente de 2013 a 2014 e se mantiveram estáveis entre 2017 e 2020, com um leve aumento em 2019. Dessa forma, destaca-se que, em 2014, as transferências representaram 16,69%, o maior percentual. Enquanto em 2019, o valor de transferências foi o maior (R\$ 1,085 milhão), representando 14,45% das receitas.

Ao longo da década, as receitas municipais variaram, com aumentos e quedas. Nos primeiros anos, os “Impostos Próprios” foram a principal fonte, representando 21% do total em 2014, mantendo-se expressivos nos anos seguintes. A partir de 2017, a Complementação da União ganhou relevância, atingindo 17,65% em 2019.

Nesse contexto, a análise do financiamento educacional revela-se essencial para entender a precarização do trabalho docente e as desigualdades no município estudado. A política de fundos, como o FUNDEB, desempenha um papel estratégico, estabelecendo que, no mínimo, 60% dos recursos sejam destinados à remuneração dos profissionais do magistério (Feldman, 2020).

Embora os impostos municipais constituam a principal fonte de arrecadação em Vitória do Xingu, o município depende fortemente dos repasses do FUNDEB para garantir os investimentos em educação. Como observa Silva (2020, p. 232), “os impostos são tributos cuja alocação depende de definições políticas, como vinculações percentuais à educação e à saúde”. Assim, embora a arrecadação municipal seja relevante, ainda não atende plenamente às necessidades educacionais.

A correlação entre o financiamento da educação e a proporção de professores temporários indica que as flutuações nos recursos influenciam a contratação desses profissionais. Entre 2011 e 2014, os Impostos Próprios representaram 21% da receita em 2014, enquanto a proporção de professores temporários atingiu 79% em 2013 e 71% em 2014, evidenciando que, mesmo com financiamento relativamente estável, a contratação temporária funcionou como estratégia de controle dos gastos. Entre 2019 e 2020, a proporção de temporários caiu (58% e 59%) com aumento de concursados (107 e 109), possivelmente devido à Complementação da União ter atingido 17,65% em 2019. Assim, a priorização de professores temporários em determinados períodos reflete tanto restrições financeiras quanto decisões políticas e administrativas do município.

A predominância de professores temporários ao longo da década evidencia a insuficiência de concursos públicos, aumentando a dependência de práticas clientelistas em municípios paraenses, como Portel, Cametá e Mocajuba (Feldman e Alves, 2020; Feldman e Costa, 2021; Feldman e Martins, 2023). Embora o clientelismo agilize contratações, fragiliza vínculos e compromete a valorização profissional dos docentes.

O cenário de Vitória do Xingu demonstra que a solução para lidar com o aumento da demanda por professores foi a contratação de temporários, uma realidade que se confirma pela análise do financiamento da educação, caracterizado por dificuldades financeiras, com o município dependendo exclusivamente de recursos externos. Ou seja, a estabilidade do financiamento educacional em Vitória do Xingu e a realização de concursos públicos são fatores determinantes para a redução do número de professores temporários na rede.

Ademais, destaca-se a dualidade do modelo de contratação de professores temporários em Vitória do Xingu: enquanto impõe precarização, instabilidade contratual e ausência de direitos consolidados, por outro lado, observa-se a resistência e adaptação dos docentes, que desenvolvem estratégias para atuar diante das adversidades, revelando uma dualidade no sistema educacional que, ao fragilizar as relações de trabalho, também fomenta a constante adaptação desses profissionais.

A partir da perspectiva de Karl Marx (2013), em *O Capital*, o autor discute como a mais-valia opera no sistema capitalista, demonstrando que mesmo quando o trabalhador é qualificado e recebe um salário equivalente à sua força de trabalho, ainda há extração da mais-valia e, portanto, exploração. Essa prática reflete a mercantilização do ensino, que ao alinhar-se aos interesses econômicos dominantes, perpetua relações de dominação social e econômica.

No caso da docência, esse processo foi intensificado pela expropriação do conhecimento científico e cultural, enfatizando um caráter instrumental do ensino e restringindo a autonomia docente, conforme Silva, Gomes e Motta (2020). O trabalho docente se torna, assim, parte de um processo de expropriação que transforma a prática em um instrumento voltado para a reprodução das desigualdades sociais.

Essa lógica de expropriação e subordinação do trabalho docente enquanto instrumento de reprodução de desigualdades se entrelaça com o conceito de exclusão social argumentado por Robert Castel (2004, p. 24), a exclusão não é um fenômeno isolado, mas um processo resultante de uma série de rupturas progressivas dos vínculos de proteção social e estabilidade.

No contexto neoliberal, a contratação temporária reforça a desfiliação tratada por Castel, estendendo-se além do trabalho ao sentido de pertencimento social. A precarização do trabalho docente fragmenta a identidade profissional, submetendo o professor à instabilidade e enfraquecendo sua condição de sujeito social, perpetuando exclusão e marginalização no sistema educacional.

Vitória do Xingu evidencia que a contratação de professores temporários não é um recurso pontual, mas integra a lógica de gestão do município. Sua recorrência decorre de três fatores principais: a) expansão da rede de ensino e necessidade de contratações imediatas; b) ausência de concursos públicos regulares; c) clientelismo aliado à flexibilização orçamentária, permitindo aos gestores maior controle sobre a distribuição de cargos e o ajuste da folha de pagamento conforme interesses políticos.

Considerações finais

A análise da contratação de professores temporários em Vitória do Xingu evidencia um processo sistemático de precarização, vinculado à ausência de concursos regulares e à flexibilização orçamentária, que transforma a educação em instrumento de ajuste fiscal, e não de investimento social. A relação entre financiamento educacional e contratação temporária revela um modelo de gestão que fragiliza vínculos empregatícios para lidar com oscilações orçamentárias. Durante períodos de flutuação, a presença de temporários se intensifica, mostrando que estabilidade financeira e concursos públicos são determinantes para reduzir as contratações.

Portanto, a contratação dos professores temporários no município não pode ser explicada isoladamente, mas sim por um conjunto de fatores estruturais e administrativos. Os professores temporários se constituem na contemporaneidade, uma classe desfiliada não só da sociedade, mas também da escola, fazem parte da grande massa trabalhadora marginalizada, cujas condições de trabalho, refletem as contradições do sistema neoliberal, marcadas pela desregulamentação, flexibilização e ausência de proteção efetiva.

Os resultados desta pesquisa abrem espaço para estudos comparativos com outros municípios da Amazônia, análises qualitativas sobre os impactos da contratação temporária na prática docente e investigações acerca de políticas de formação continuada, contribuindo para o enfrentamento da precarização e para fortalecer a valorização da docência.

Referências

- ALVES, Giovani. **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). **Infoproletários:** degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 231–238.
- BERRY, Barnett; SMYLIE, Mark; FULLER, Ed. **Understanding Teacher Working Conditions:** a review and look to the future. Center for Teaching Quality, 2008.
- SOUZA, Herilene Chaves de; FELDMAN, Ariel.

BERNARDES, Adilson Toledo. **A precarização do trabalho docente na rede pública estadual paulista:** possibilidades de uma análise territorial. 2018, 123 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23072019-154906/pt-br.php>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BEHRING, Elaine Rosseti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Calculadora do Cidadão.** Disponível em:<https://www3.bcb.gov.br/calcidadao/publico/corrigirporindice.do?method=corrigirporindice>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. Conferência Nacional de Educação (CONAE)/2014. **O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação:** Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho – CLT e normas correlatas.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017b. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017.** Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Versão atualizada. Brasília: Senado Federal, 2023.

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2011 e 2020.** Brasília, DF: Inep, 2011 –2020.

BRASIL. **Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Brasília, 1993.

BRASIL. **Lei nº 12.245, de 17 de junho de 2011.** Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no tocante à contratação de professores. Brasília, 2011.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 3 de setembro de 2020.** Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Brasília: Senado Federal, 2020.

BRASIL. Projeto de Lei nº 5.717, de 29 outubro de 2019. Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Plano Nacional de Educação e a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 – FUNDEB. Brasília: Senado Federal, 2019.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Vozes, 1998.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 (Especial), p. 921-946. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/w6qjw7pmdpzlfrd5zrkmwr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2024.

FELDMAN, Ariel; ALVES, Charles Alberto de Souza. A política de contratação de professores temporários em Portel (PA). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 36, n.2, p. 559-579, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s244741932020000200559&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 07 mar. 2024.

FELDMAN, Ariel. Pesquisa de política educacional a partir do município: interfaces entre poder local e gestão (Pará, Brasil). **Notandum**, v. 23, n. 53, p. 37-49. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/plugins/generic/pdfJsViewer/pdf.js/web/viewer.html?file=18jan2025.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2025.

FELDMAN, Ariel; COSTA, Daihana Maria dos Santos. A política de contratação de professores temporários na rede municipal de ensino de Cametá (Pará, Brasil, 2013–2020). ***Education Policy Analysis Archives***, v. 29, p. 80, jan.–jul. 2021. Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/1zrfpycoogn6xqdxjz7g8-he1etiortu8/view>. Acesso em: 28 nov. 2024.

FELDMAN, Ariel; GOUVEIA, Andréia Barbosa; NOGUEIRA, Silva Cristina Conde. **Política Educacional Municipal**. Manaus: EDUA, 2023, p. 186. ISBN: 978-65-5839-133-3.

FELDMAN, Ariel; MARTINS, Roberta Adriane Correa. A política de contratação de professores temporários em Mocajuba-PA. **Debates em Educação**, v. 15, n. 37, p. e14072, 2023. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/14072>. Acesso em: 18 dez. 2023.

20marcia%20andreia%20grochoska.pdf?sequence=2&isallowed=y. Acesso em: 02 jan. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022:** Aspectos de população residente, área territorial e densidade demográfica por unidade federativa. 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 02 nov. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2011 e 2020.** Brasília, DF: Inep, 2011 –2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 20 nov. 2024.

JOHNSON, Susan Moore; BERG, Jill Harrison; DONALDSON, Morgaen L. **Who stays in teaching and why:** A review of the literature on teacher retention. Cambridge: Harvard Graduate School of Education, 2005, 129 p.

LDE. Laboratório de Dados Educacionais da Universidade Federal do Paraná. **Consulta de indicadores: número de docentes.** Paraná: LDE, 2011-2020. Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores/docentes>. Acesso em: 04 dez. 2024.

MATOS, Angélica Azevedo de. **Repercussões territoriais recentes e Vitória do Xingu (PA):** um estudo a partir da instalação da UHE Belo Monte. 2022. 105 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/246175>. Acesso em: 2 jan. 2025.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/v3/Titulos/visualizar/o-capital-critica-da-economia-politica-livro-i>. Acesso em: 28 jan. 2025.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIRANDA NETO, José Queiroz. UHE Belo Monte e a reestruturação da cidade de Altamira-PA: agentes, processos e redefinições espaciais. In: **XI Encontro Nacional da ANPEGE**, Presidente Prudente, 2014. p. 2502–2513. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282480386_uhe_belo_monte_e_a_reestruturação_da_cidade_de_altamirapa_Agentes_processos_e_redefinições_espaciais. Acesso em: 15 jan. 2025.

NOGUEIRA, Arcielli Royer. **Turnover de professores na região oeste do Paraná e suas influências nos resultados da avaliação em larga escala (Prova Brasil/ SAEB) – 2015-2021.** 2021. 300 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel – PR, 2021. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5936>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PEREIRA, Leonardo Rogério da Silva Gomes. **A uberização do trabalho docente de educação física no estado do Pará.** 2020, 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola Madre Celeste. Ananindeua, PA, 2020. Disponível em: <https://esmac.edu.br/tccs/a-uberirizacao-do-trabalho-do-professor-de-educacao-fisica-no-estado-do-pará/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 1999.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 9^a ed. Petrópolis: Vozes. 1985.

SLEE, Tom. **Uberização:** a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SÁ, Guilherme Cardoso de. **Proletarização, precarização e empresariamento na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (1995-2015): o neoliberalismo forjando a crise da República e a privatização do Estado.** 2019. 291 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-30082019-131953/pt-br.php>. Acesso em: 2 jan. 2025.

SILVA, Marcus Quintanilha da. Potencial de investimento e remuneração docente: um estudo longitudinal a partir da arrecadação per capita dos municípios brasileiros (2008–2016). **Revista Educação e Políticas em Debate**, 2020, v. 9, n. 1, p. 228-245. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/download/52773/28928/28018>. Acesso em: 10 nov. 2024.

WOODCOCK, Jamie; GRAHAM, Marcos. **The gig economy.** A critical introduction. Cambridge: Política, 2020. ISBN: 978-1-5095-3637-5. Disponível em: <http://acdc2007.free.fr/woodcock2020.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

Submetido em: 09-03-2025

Aprovado em: 29-08-2025

